



Enfermagem sob pressão

Sobrecarga, baixos salários e múltiplos vínculos trabalhistas marcam a realidade desses profissionais no Brasil

GISSELLE SOARES — ilustrações ANA MATSUSAKI

Mulheres na faixa etária entre 30 e 39 anos e residentes na região Sudeste compõem a maior parte da força de trabalho da enfermagem com formação superior no Brasil. Além da intensificação das jornadas e do avanço de vínculos trabalhistas mais instáveis, como contratos temporários e terceirizações, há estagnação ou queda da remuneração média dos profissionais do setor, sobretudo entre auxiliares e técnicos. Outro problema é a diminuição de vínculos estatutários (relação jurídica do servidor público com o Estado, que garante, por exemplo, estabilidade no emprego) e a predominância de formas de contratação menos vantajosas, do ponto de vista salarial e de benefícios.

Essas e outras informações constam do relatório “Demografia e mercado de trabalho em enfermagem no Brasil”, divulgado pelo Ministério da Saúde no fim do ano passado, que avaliou dados do setor de 2017 a 2022. O levantamento foi coordenado por pesquisadores da Faculdade de Enfermagem e do Instituto de Medicina Social, ambos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).



No Brasil, a enfermagem é composta por trabalhadores com diferentes níveis de formação: enfermeiros (ensino superior), técnicos de enfermagem (nível médio técnico) e auxiliares de enfermagem (curso profissionalizante). As mulheres representam cerca de 85% desses profissionais e o setor público concentra 61,9% dos vínculos de trabalho. Dados do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) indicam que, em dezembro de 2022, o Brasil contava com 634.058 enfermeiros, 1.403.475 técnicos de enfermagem e 242.711 auxiliares de enfermagem.

Entre 2017 e 2022, período que inclui a pandemia de Covid-19, o número de postos de trabalho nos três níveis de cuidado cresceu quase 44%, passando de cerca de 1 milhão de vínculos para aproximadamente 1,5 milhão. Esse total, contudo, não corresponde ao número de profissionais, já que um mesmo trabalhador pode ocupar mais de uma vaga. A expansão foi observada em todas as regiões do país, com variações que vão de 34,9% no Sudeste a 57,3% no Centro-Oeste. Enquanto isso, Nordeste, Norte e Sul registraram crescimento de 46,3%, 43,8% e 44,6%, respectivamente. A distribuição desses profissionais é desigual: em 2022, São Paulo reunia o maior contingente (517.130), enquanto o Acre registrou o menor (8.464).

Atualmente, cerca de 67% dos contratos são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho

(CLT), com carteira assinada, e a maioria dos enfermeiros cumpre jornadas semanais entre 31 e 44 horas. Há anos, a categoria reivindica a regulamentação de uma jornada máxima de 30 horas, sob o argumento de que a carga horária vigente sobrecarrega os profissionais, compromete a saúde deles e afeta a qualidade do atendimento aos pacientes. Em discussão no Congresso Nacional, a Proposta de Emenda à Constituição nº 19 (PEC 19), de 2024, apoiada pelo Fórum Nacional da Enfermagem, vincula o piso salarial à jornada reduzida e prevê reajuste anual com base na inflação acumulada.

Outra informação que consta no documento refere-se a uma mudança significativa na composição da força de trabalho. Enquanto técnicos e enfermeiros ganharam espaço, houve uma redução expressiva de auxiliares. Em 2012, os técnicos respondiam por 44,8% dos vínculos formais, proporção que subiu para 58,7% em 2021. No mesmo período, a participação dos enfermeiros passou de 21,5% para 27,1%, enquanto a dos auxiliares caiu de 33,6% para 14,1%, sinalizando o gradual desaparecimento dessa função no país.

Coordenador do estudo e professor no Instituto de Medicina Social da Uerj, o pediatra Mario Dal Poz explica que a pesquisa foi pensada para qualificar o debate público sobre o futuro

da enfermagem diante de mudanças tecnológicas, demográficas e do mercado de trabalho. “A combinação entre salários baixos e a lógica do segundo emprego tende a empurrar profissionais para jornadas que se acumulam e comprometem a qualidade de vida”, diz o médico, que foi coordenador de Recursos Humanos em Saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS), na Suíça, entre 2002 e 2012.

Também integrante da equipe de coordenação da pesquisa, a enfermeira Kênia Lara da Silva, da Escola de Enfermagem da UFMG, afirma que não é raro encontrar profissionais adoecidos que continuam trabalhando em vários locais para tentar melhorar a renda insuficiente. “Mesmo que os salários tenham crescido nominalmente, quando ajustamos os valores pelo IPCA [Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo], fica evidente a perda do poder de compra da categoria”, constata. Para a enfermeira Helena Leal David, da Faculdade de Enfermagem da Uerj, outra coordenadora da pesquisa, esse cenário se soma a um desgaste cotidiano que muitas vezes antecede o adoecimento. “Com salários baixos e jornadas acumuladas, cresce o risco de exaustão e de falhas na assistência, em um trabalho que exige atenção e tomada de decisão constantes”, alerta.

Dal Poz, Silva e David são coautores de um artigo publicado em agosto de 2025 na revista *Enfermagem em Foco*. Liderado pelo enfermeiro Ricardo de Mattos Russo Rafael, diretor da Faculdade de Enfermagem da Uerj, o trabalho utiliza a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego.

Os pesquisadores analisaram mais de 9 milhões de vínculos formais de emprego de profissionais da enfermagem entre 2013 e 2022, a partir de informações como raça/cor, sexo, rendimentos médios anuais, carga horária semanal contratada, idade e escolaridade. Tomando 2022 como referência, o artigo mostra que, para ganhar o mesmo que uma mulher negra em 30 horas de trabalho, homens brancos precisariam trabalhar 6h42 a menos, mulheres brancas 5h20 a menos e homens negros 2h16 a menos, evidenciando desigualdades salariais por gênero e raça no setor.

No cenário internacional, o relatório “Situação mundial da enfermagem 2025: Investindo em educação, empregos, liderança e prestação de serviços”, divulgado no ano passado pela OMS em parceria com o Conselho Internacional de Enfermeiros (ICN) e outros parceiros, estima que o salário de entrada de profissionais de enfermagem em 2023 foi, em média, de US\$ 774 por mês (ou aproximadamente R\$ 4.163,50 na

cotação de janeiro de 2026), com diferenças expressivas entre as divisões regionais da OMS e por faixa de renda.

Em nações de alta renda, o valor foi duas vezes maior do que em países de renda média alta e três vezes maior do que em países de baixa renda. Em 31 países com dados desagregados, entre eles o Brasil, a diferença salarial entre homens e mulheres é de 7%. Além da disparidade salarial, o documento identificou que os profissionais de enfermagem estão expostos à sobrecarga, falta de proteção e de suporte à saúde mental.

A desvalorização do cuidado, os baixos salários e as condições de trabalho que levam ao adoecimento são temas investigados pela socióloga Helena Hirata, pesquisadora do Centro de Pesquisas Sociológicas e Políticas de Paris, na França, e colaboradora do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), em três contextos distintos: Brasil, França e Japão. No livro *O cuidado: Teorias e práticas* (Boitempo, 2022), ela recorre a critérios estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) para classificar o perfil etário desses países.

Segundo o estudo, o Japão é uma sociedade “superidosa” (com pessoas de 65 anos ou mais representando cerca de 20% da população total), a França pode ser definida como uma sociedade “velha” (entre 14% e 20%) e o Brasil está prestes a se tornar uma sociedade “em envelhecimento” (entre 7% e 14%). “Nos três países, o trabalho de cuidado, que inclui a atuação de enfermeiros, é desvalorizado, o que é incompreensível, considerando o cenário de envelhecimento das populações”, disse a *Pesquisa FAPESP*.

Em 2022, a Lei nº 14.434 fixou o piso salarial nacional de R\$ 4.750 para enfermeiros no Brasil, mas sua implementação tem enfrentado diversos entraves, sobretudo devido ao impacto financeiro sobre instituições públicas e privadas. “Embora a medida tenha representado uma conquista para a categoria, ela até hoje não foi inteiramente efetivada nos setores privado e filantrópico, que reúnem um expressivo contingente de profissionais”, comenta Ellen Peres, conselheira federal do Cofen e coautora do artigo publicado na revista *Enfermagem em Foco* mencionado anteriormente.

Por meio de nota divulgada em dezembro, o Cofen afirmou que 2026 exigirá o enfrentamento de desafios estruturais que afetam o cotidiano da enfermagem, como altos índices de adoecimento

Jornadas de trabalho acumuladas aumentam o risco de falhas na assistência



ocupacional, episódios recorrentes de violência nos serviços de saúde e a sobrecarga associada ao envelhecimento acelerado da população.

Artigo publicado no ano passado na revista *Physis* chama a atenção para a superexploração da força de trabalho no setor de saúde no Brasil. “A chamada pejetização e a terceirização agravam o problema ao converter relações de trabalho em contratos entre pessoas jurídicas, diluindo a dimensão humana”, alerta o sociólogo Paulo Henrique de Almeida Rodrigues, do Instituto de Medicina Social da Uerj, primeiro autor do estudo.

Pesquisadores das universidades Federal do Ceará (UFC) e Estadual do Ceará (Uece), e da Faculdade Luciano Feijão, também naquele estado, analisaram em estudo publicado em 2025, na revista *Saúde e Sociedade*, como relações de poder no cuidado interferem na rotina de enfermeiros e de outros profissionais de saúde. A pesquisa foi realizada entre fevereiro e dezembro de 2020 em Sobral (CE), com entrevistas e observação no serviço de emergência de um hospital público de referência e em duas Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Os depoimentos de 33 profissionais, entre enfermeiros, médicos, odontólogos e fisioterapeutas, revelam que fatores como conhecimento técnico, gênero, experiência e categoria profissional ajudam a explicar por que determinadas vozes têm maior peso na definição de condutas clínicas. Essas assimetrias não se restringem à relação entre médicos e enfermeiros. Elas aparecem também entre profissionais de diferentes níveis de complexidade assistencial.

Nos relatos, há sentimentos de medo e impotência diante de decisões com as quais os entre-

vistados não concordam. “Às vezes vejo [condutas erradas] e não consigo falar... Não falei buscando evitar conflitos, sei que não é certo, mas foi procurando evitar conflitos, com a gestão, com o paciente, com o colega”, disse uma enfermeira da atenção primária à saúde.

“É o medo do conflito que faz as pessoas se calarem”, afirma o enfermeiro José Jeová Mourão Netto, coordenador do curso de enfermagem da Faculdade Luciano Feijão e primeiro autor do estudo. O silêncio desses profissionais pode decorrer, ainda, do receio de não dispor de argumentos suficientes para confrontar aqueles colegas percebidos como detentores de maior conhecimento. Na avaliação do pesquisador, por atuar na linha de frente e transitar entre decisões clínicas, demandas da gestão e pressão de pacientes e familiares, a enfermagem fica mais exposta aos tensionamentos decorrentes das relações de poder nos serviços de saúde.

Coautor do artigo, o sociólogo e antropólogo Leonardo Sá, da UFC, acrescenta que, além de renda e jornada, é necessário considerar a dimensão subjetiva do trabalho em saúde, marcada por sentimentos e emoções que atravessam as rotinas de profissionais de enfermagem e de outras categorias do setor. Para ele, essa camada se manifesta tanto na relação com pacientes e equipes quanto na forma como os profissionais se percebem diante da sociedade e do Estado. “Há uma tendência nas pesquisas de enfatizar os aspectos quantitativos, o que é muito importante, mas essa outra dimensão, ligada a sentimentos e emoções no cotidiano, pode inspirar reflexões sobre os dilemas existenciais dos profissionais de saúde”, conclui. ●

Os artigos científicos, os relatórios e o livro consultados para esta reportagem estão listados na versão on-line.